



Assembleia Geral na Praça João Mendes

## GREVE: TRIBUNAL NÃO PROPÕE NEGOCIAÇÃO REAL

Com um índice de perdas salariais acumulado em 20,16% e sem nenhuma sinalização de negociação por parte do Tribunal de Justiça, os servidores do Judiciário paulista votaram pela greve geral a partir do dia 28 de abril.

“A nossa indignação não tem mais tamanho e a sociedade precisa saber que a Justiça paulista está em frangalhos”, aponta Elisabete Borgianni, presidente da AASPTJ-SP. “É preciso esclarecer que a Justiça para a maioria da população não é aquela Justiça ágil do caso Isabela. Que as pessoas com deficiência, os idosos, as crianças e adolescentes saibam que seus direitos não são atendidos por causa da cúpula deste Tribunal que não cumpre a lei nem na própria casa da Justiça”, completou.

No dia 26 de abril, após o horário comercial, as entidades receberam por e-mail convite da Presidência do TJ para reunião no dia seguinte, às vésperas do início do movimento de greve. Mas, para surpresa de todos, compareceu apenas o desembargador Antonio Carlos Malheiros representando o TJ-SP, com as seguintes informações:

- **TALVEZ em maio o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do TJ-SP irá para a pauta de votação na Alesp;**
- **TALVEZ em agosto de 2010 haverá alguma reposição de perdas salariais;**
- e, nas palavras do desembargador, uma “boa notícia”: o TJ-SP está se reunindo com o Banco do Brasil para que esta instituição financeira volte a conceder crédito para os servidores do TJ-SP

Mas as investidas do Tribunal não pararam por aí. No dia 28 de abril, data de início da greve, novamente os sete membros da Comissão de Negociação das entidades, da qual a presidente da AASPTJ-SP faz parte, foram chamados a poucas horas do início da greve para uma conversa no Palácio da Justiça.

Participaram da reunião, além do presidente, desembargador Antonio Carlos Viana, os desembargadores William de Campos, Armando Toledo e Samuel Alves de Melo.

Para decepção geral, o Tribunal não acrescentou nada de diferente do que foi proposto na reunião com o desembargador Malheiros. Apenas apresentaram documento assinado pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Barros Munhoz (PSDB), com a afirmação de que o Projeto de Lei Nº 43/05, que institui o Plano de Cargos e Carreira dos servidores do PJ, será votado no início de maio.

O presidente também comprometeu-se e assinou ofício com a afirmação que irá enviar à Alesp até junho outro Projeto de Lei para reposição salarial com um índice de 4,17%, referente às perdas acumuladas entre março de 2009 e março de 2010. Quanto ao restante de reposição das perdas acumuladas nos anos anteriores e demais reivindicações, o TJ estaria disposto a reunir-se com as entidades para início das negociações a partir de maio.

“O Tribunal deixou claro que não estava preocupado com o seu servidor. Chamou-nos no dia de início da greve e nos pediu não usássemos a palavra greve, mas sim ‘estado de greve’. Queriam que segurássemos o movimento até agosto. Mas por que só em agosto? Qual é o interesse por trás disso?”, questiona Elisabete. “Estamos há meses solicitando reunião com cúpula do Tribunal e só agora que sentiram a força do movimento nos chamaram. Em menos de 24 horas já foram duas reuniões”, completa.

A atitude do TJ-SP só fez aumentar a indignação dos quase cinco mil servidores que compareceram à Assembleia Geral do dia 28. A adesão ao movimento de paralisação aumenta dia a dia.

Não há outra saída. As entidades tentaram de tudo, vêm solicitando

reunião para abertura das negociações desde o ano passado, solicitações essas que foram ignoradas pela cúpula do TJ. Somente a forte mobilização de todos os servidores em todo o Estado irá forçar Judiciário e Executivo a proporem uma negociação real.

### Providências jurídicas

A assessora jurídica da AASPTJ-SP, Sonia Guerra, chamou os demais advogados das entidades para estudo das providências jurídicas a serem tomadas com relação ao movimento de greve.

Sonia e os assessores Paulo Simões e Flavio Damasceno (Aojesp), Gonçala Clemente e Evanil Batista (Apatej) elaboraram ação visando dissídio coletivo que será assinado pelo Sindicato União (que tem legitimidade legal para representar todos os servidores do Estado) e apoiado por demais entidades.

### GRUPO DE TRABALHO DEMANDA X CAPACIDADE DE TRABALHO

A AASPTJ-SP, em parceria com o Núcleo de Apoio Profissional de Serviço Social e de Psicologia do TJ-SP, continua desenvolvendo o Grupo de Trabalho, intitulado: Demanda x Capacidade de Trabalho, através da realização de um projeto piloto que será desenvolvido em alguns fóruns da capital e do interior, por meio de instrumental próprio que irá mensurar as atividades processuais e extraprocessuais que fazem parte da rotina e atribuições dos profissionais do Judiciário.

Com o resultado da pesquisa, pretende-se visualizar e avaliar estas ações, sua importância, bem como auxiliar a nortear a valorização do trabalho do assistente social e psicólogo judiciários junto ao Tribunal de Justiça.

## ALESP E TJ-SP CONTINUAM ARTICULANDO PARA PREJUDICAR OS SERVIDORES

Na tarde do dia 29 de abril, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Barros Munhoz (PSDB) convidou a Comissão de Negociação das entidades representativas dos servidores do Judiciário para uma reunião.

O objetivo do encontro era o de tratar da votação e aprovação do PL N° 43/2005, que institui o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Judiciário e que se encontra na Casa desde 2005.

O presidente da Alesp fez alguns esclarecimentos técnicos acerca da dotação orçamentária e suplementação

de verba por parte do governo. Segundo ele, para implantação do Plano será necessário o aporte financeiro de R\$ 13 milhões por mês ou R\$ 169 milhões por ano.

Em seguida, fez um discurso político afirmando que o Poder Executivo não irá liberar verba, caso os servidores do Judiciário permaneçam em greve. De acordo com ele, enquanto o movimento de paralisação não for suspenso, a Assembleia não votará o Projeto de Lei.

Segundo avaliação dos representantes que estiveram presentes à reu-

nião existe a tentativa de trocar a greve geral, justa e para cumprimento da data-base, por um Plano de Cargos que já deveria ter sido aprovado há muito tempo. Além disso, a Assembleia usa de chantagem ao condicionar a aprovação do Plano com o encerramento da greve. Tudo não passa de um jogo político para tentar manobrar o movimento. Por isso, o movimento não deve esmorecer. Enquanto não mostrarmos nossa união e força, Executivo, Legislativo e Judiciário tentarão nos manipular com falsas promessas.

## AASPTJ-SP QUESTIONA TRIBUNAL SOBRE CAPACITAÇÃO CONTINUADA

Um dos pontos de luta da atual gestão da AASPTJ-SP, a capacitação continuada dos assistentes sociais e psicólogos judiciários, foi tema de diversas reuniões entre a Diretoria da Associação e desembargadores e assessores do Tribunal de Justiça.

No dia 11 de março, a presidente da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni esteve em audiência com o desembargador Antonio Carlos Munhoz Soares, corregedor-geral de Justiça. Elisabete enfatizou a necessidade de o Tribunal desenvolver uma política de capacitação permanente e também de supervisão, bem como o estímulo e viabilização da participação dos assistentes sociais e psicólogos em congressos, seminários e cursos de interesse das duas categorias. O corregedor sugeriu que a AASPTJ-SP procurasse o juiz Irineu Fava, membro do Núcleo de Gestão e Método.

No dia 26 de março, Elisabete, a primeira secretária, Eunice Fávero, e a segunda tesoureira, Mônica Carteiro estiveram com Irineu Fava. O juiz, no entanto, esclareceu que, na atual gestão do Tribunal de Justiça, ainda não foi reconduzido ao cargo que ocupava como membro do Núcleo de Gestão e Método do TJ-SP. Mesmo assim, se dispôs a colaborar com a AASPTJ-SP no reforço da necessidade da capacitação aos profissionais, destacando a neces-

sidade de treinamento específico por ocasião do ingresso no Tribunal.

No dia 6 de abril, a presidente acompanhada da vice-presidente, Maria Helena Corrêa e da primeira secretária estiveram com a juíza assessora para a área da Infância e Juventude da Corregedoria Geral da Justiça Claudia Grieco Tabosa. Também participou da reunião a assistente social chefe do Núcleo de Apoio Profissional de Serviço Social e de Psicologia do TJ-SP, Dilza Silvestre Galha Matias.

Entre outros pontos importantes, como a necessidade de empenho por parte do TJ para agilizar aprovação do Projeto de Lei que cria cargos de assistente social e psicólogo para o interior e urgente levantamento das aposentadorias destes profissionais da capital nos próximos dois anos para programar concursos a fim de repor estes cargos, a AASPTJ-SP apresentou as seguintes demandas:

- Verificação pelo TJ-SP junto à Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), sobre a possibilidade de parceria visando bolsas de estudos para profissionais que queiram desenvolver pesquisas com temáticas voltadas para o trabalho no Judiciário;
- Encaminhamento de projeto de capacitação continuada e/ou supervisão à SEDH (Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da Re-

pública), que tem rubrica orçamentária para capacitação direcionada ao trabalho com a infância e a juventude, além do necessário investimento institucional com recursos próprios.

Ficaram estabelecidos os seguintes encaminhamentos:

- A AASPTJ-SP irá enviar levantamento que vem fazendo sobre as próximas aposentadorias na capital ao Núcleo e este estabelecerá um cruzamento com informações da Secretaria de Recursos Humanos do TJ-SP para fundamentação e solicitação de concursos;
- O Núcleo de Apoio deverá apresentar um projeto de capacitação e/ou supervisão, para posterior encaminhamento às instâncias competentes, com vistas à possibilidade de convênio; a juíza sugeriu que a proposta de parceria com Fapesp para pesquisas/cursos de pós-graduação seja levada pela Associação e também pelo Núcleo à direção da Escola Paulista da Magistratura, tendo em vista que esta organização possivelmente poderá se interessar pela proposta e, em princípio, teria maiores condições para agilizá-la.

Por fim, no dia 19 de abril, Elisabete, Eunice, Mônica Carteiro, a suplente do Conselho Fiscal Catarina Volic, a assessora jurídica, Sonia Guerra e a

assessora da Diretoria Vilma Regina da Silva foram recebidas pelos desembargadores Samuel Alves de Melo, presidente do Núcleo de Gestão e Método, e Antonio Carlos Malheiros.

Sobre a questão da capacitação continuada, Elisabete apresentou a Resolução Nº XX do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), que dispõe, entre outras coisas, sobre a utilização dos Fundos da Infância para financiamento de projetos de capacitação dos atores do Sistema de Garantias de Direitos. A

presidente sugeriu que o TJ desenvolvesse projeto de convênio junto ao Conanda, por meio do Núcleo de Apoio profissional. O desembargador Samuel apontou que a capacitação de servidores faz parte de uma das metas do planejamento do Tribunal, que ficará sob os cuidados de Lílian Salvador de Paula, da Secretaria de Recursos Humanos e que, no caso de assistentes sociais e psicólogos, os projetos poderiam também ser desenvolvidos pela Coordenadoria da Infância e Juventude, embora a AASPTJ-SP entenda que a capacita-

ção deve ser de responsabilidade do Núcleo de Apoio.

Malheiros falou sobre reunião que participou no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) na semana anterior. Segundo ele, o ministro corregedor do Conselho, Gilson Dipp está estudando possibilidade de resolução legando maior poder às Coordenadorias da Infância e Juventude do País, a exemplo do que já ocorre no Estado do Rio de Janeiro, o que possibilitaria maior autonomia para ações como contratação de profissionais e capacitação.

## AASPTJ-SP PARTICIPA DO COREP – CONGRESSO REGIONAL DE PSICOLOGIA

Nos dias 9 a 11 de abril, a primeira tesoureira, Esther A. K. Katayama participou do COREP – Congresso Regional de Psicologia, realizado em São Paulo, como uma das delegadas eleitas a fim de garantir que as teses relativas ao exercício da Psicologia Judiciária pudessem ser contempladas.

Na ocasião, contamos com alguns associados e colegas que também parti-

ciparam do evento como delegados: Maria do Carmo Lima Batista (Valinhos), Lourdes de Fátima Genaro (Nhandeara) e Maurício Ribeiro de Almeida (Bauru). Foi possível montar uma chapa de delegados que foram eleitos como representantes para o VII Congresso Nacional de Psicologia que será realizado em Brasília nos próximos dias 3 a 6 de junho, de maneira que contaremos

com a presença dos colegas Maria do Carmo, Lourdes e Esther nessa ocasião.

Consideramos que será um momento ímpar para que possamos dar visibilidade aos anseios dos psicólogos judiciários, influenciando na direção e diretrizes que o Conselho Federal e os Regionais irão tomar para o próximo triênio.

**Esther Katayama, primeira tesoureira**

## AASPTJ-SP REÚNE-SE COM PRESIDENTE DO CRESS-SP

No dia 30 de março a Associação recebeu em sua sede a presidente do Conselho Regional de Serviço Social (Cress-SP), Áurea Satomi Fuziwara, assistente social judiciária e associada da AASPTJ-SP. Participaram da reunião a presidente, Elisabete Borgianni, a primeira secretária, Eunice Fávero e o segundo secretário, Paulo Eduardo Bezerra.

A AASPTJ-SP expôs os trabalhos que vem realizando por meio dos GTs (Comunicação, Participação e Articulação, Autonomia Financeira e Condições de Trabalho), falou sobre a campanha salarial dos servidores do Judiciário e da paralisação marcada para o próximo dia 14 e solicitando apoio do Conselho na luta pelo cumprimento da data-base.

*O objetivo do encontro foi o de apresentar projetos de trabalho da Associação e pensar possíveis ações articuladas voltadas para os interesses da categoria.*

O Conselho apresentou algumas das atividades que vem produzindo, entre elas um levantamento das condições de trabalho e atribuições dos profissionais na área de saúde e um levantamento de atividades, atribuições e habilidades exigidas do assistente social em relação ao acolhimento de crianças, adolescentes, mulheres vítimas de violência, pessoas expostas a trabalho escravo, etc.

Outro ponto discutido durante a reunião foi a questão das condições éticas e técnicas dos assistentes sociais e psicólogos do Tribunal de Justiça frente às prerrogativas profissionais e os direitos dos cidadãos em risco.

Concluiu-se pela importância de a Associação organizar um levantamento objetivo sobre as condições de trabalho, em especial as relativas ao espaço físico e material, com base em informações assumidas por assistentes sociais e psicólogos que avaliem que as condições atuais estão em desacordo com os deveres e direitos profissionais e que, mesmo já tendo levado tal situação ao conhecimento de instâncias superiores não foram tomadas providências visando saná-las. Esses dados seriam encaminhados ao Cress-SP e ao CRP-SP, com posterior organização de uma ação conjunta e estratégica que poderá incluir a visita em alguns locais de trabalho. Neste sentido, a AASPTJ-SP já marcou reunião com o CRP-SP para discutir a mesma proposta.



15 DE  
MAIO

DIA DO ASSISTENTE SOCIAL

## O Direito ao Delírio

Eduardo Galeano

Que tal começarmos a exercer  
O direito de sonhar?  
Que tal se delirarmos um pouquinho?

No próximo milênio, o ar estará limpo  
de todo veneno  
O televisor deixará de ser  
o membro mais importante da família  
As pessoas trabalharão para viver,  
em vez de viver para trabalhar.

Os economistas não chamarão  
nível de vida o nível de consumo,  
nem chamarão qualidade de vida  
a quantidade de coisas.

Ninguém será considerado herói  
ou tolo só porque faz aquilo que  
acredita ser justo, em vez de fazer  
aquilo que mais lhe convém.

A comida não será uma mercadoria,  
nem a comunicação um negócio,

porque comida e comunicação  
são direitos humanos.

A educação não será um privilégio  
apenas de quem possa pagá-la.  
A polícia não será a maldição daqueles  
que não podem comprá-la.

A justiça e a liberdade,  
irmãs siamesas  
condenadas a viverem separadas,  
voltarão a juntar-se, bem unidas  
ombro com ombro.

E os desertos do mundo e os desertos  
da alma serão reflorestados.

*Como já entramos no 'próximo milênio',  
podemos começar desde já a reflorestar os  
desertos do mundo e da alma, adubando-  
os com JUSTIÇA, LIBERDADE, DIREITOS  
HUMANOS, EDUCAÇÃO, e mantendo uma  
COMUNICAÇÃO que nos aproxime e nos  
fortaleça como pessoas e profissionais.*

**PARABÉNS ASSISTENTE SOCIAL!**

## BOAS-VINDAS AOS NOVOS ASSOCIADOS

A AASPTJ-SP dá as boas-vindas aos seus novos associados, assistentes sociais e psicólogos, grande parte aprovados nos concursos realizados em 2005 e contratados recentemente (2009 e 2010):

Adriane de Oliveira Delgado (assistente social de Sorocaba); Aline Christina Torres (psicóloga das Varas Especiais da Infância e Juventude); Ana Beatriz Santos (psicóloga de Itapira); Ana Regina Gollin (assistente social de Sorocaba); Cirene Pereira Alves (psicóloga de Marília); Cynthia Mara Oliveira (psicóloga de Sorocaba); Daniela Clemente Gonçalves (assistente social de General Salgado); Eliandra Ferreira Teixeira (assistente social de Ilhabela); Elisabeth Martins Pires (psicóloga de São José do Rio preto); Fabiana Attié de Castro (psicóloga de Santos); Fernanda Aguiar Pizeta (psicóloga de Batatais); Fernando Sergio Parise (assistente social de Jundiá); Gisele Agapito Correa (assistente social de Sorocaba); Gislene Nascimbene de Magalhães (psicóloga do Serviço Psicossocial Vocacional); Izaura Benigno da Cruz (assistente social de Ferraz de Vasconcelos); Liliâne Martins do Vale (assistente social de Mogi das Cruzes); Linei Savoia Landini (assistente social de Campinas); Luciana Silva Angelini (assistente social de Urânia); Márcia Bianchi (psicóloga de Itaqueira); Marcia Santos Silva (assistente social de Marília); Maria Claudina Mendes (psicóloga de São Miguel Paulista); Mariângela Ferreira Giovanni (psicóloga de Barretos); Monica Baccarin (assistente social de Pirangi); Natalia Guedes da Silva (psicóloga de Itapetininga); Patrícia Martim Beraldo (assistente social de São Sebastião); Rebeca Eugenia de Castro (psicóloga de Osasco); Regina Yara Rondon (assistente social das Varas Especiais da Infância e Juventude); Sonia Dosseu Cabral (psicóloga de Taubaté); Tâmara Barbosa Soares (psicóloga de Limeira); Tânia Mara Bassi (assistente social de Altinópolis); Ticiane Renata Auko (psicóloga de Jales); Valeria Neves de Camargo (psicóloga da Lapa); Viviane Cristina Caroli (assistente social de Sorocaba) e Zolani Vieira de Almeida (assistente social de Guarulhos).

### EXPEDIENTE

**AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

**Diretoria:** Presidente – Elisabete Borgianni,  
Vice-presidente – Maria Helena Corrêa,  
1ª Secretária – Eunice Teresinha Fávero,  
2º Secretário – Paulo Eduardo Bezerra,  
1ª Tesoureira – Esther Akemi Kavano Katayama,  
2ª Tesoureira – Mônica de Lurdes Leoni Carteiro,

**Conselho Fiscal:** Mônica Giacomini, Margarida Maria Buosi e Quésia Gama Cruz Suplentes: Catarina Volic e Magda Melão

**Conselho Editorial:** Eunice Teresinha Fávero, Mônica Giacomini, Quésia Gama Cruz, Paulo Eduardo Bezerra e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação  
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios  
(Mtb 35.875-SP)

Diagramação: Eduardo Seiji Seki

Tiragem: 1300 exemplares

Endereço: Rua Barão de Itapetininga, 125 –  
2º andar – Conj 21 – Centro – Cep 01042-001 –  
São Paulo – SP – Telefone: (11) 3256-5011;  
E-mail: aasptj@asptj.org.br;  
Site: www.aasptj.org.br

Os artigos assinados são de inteira  
responsabilidade dos seus autores, não  
representando necessariamente a opinião do  
responsável pelo jornal e da Diretoria  
da AASPTJ-SP.